

Posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou¹

EVA APARECIDA DOS SANTOS*

Eu quero me apresentar para vocês que estão aí me ouvindo: o meu nome é Ailton, e eu me chamo Ailton Krenak porque nós temos o costume de trazer junto com o nosso primeiro nome o nome da nossa tribo. Muito antes do filho do português vir para cá, muito antes do filho do italiano vir para cá, já existia um povo que sempre viveu aqui. Essa gente é que é chamada índios. Mas nós não somos índios. Antes de ter encontrado os brancos, eu nunca tinha ouvido falar na palavra índio. Os brancos é que nos chamam assim. Na minha língua, nós nos chamamos borun, que quer dizer ente humano, ser humano. Mas desde a hora que os portugueses chegaram aqui eles começaram a chamar a minha tribo, o meu povo, com esse apelido de índio. E não conseguiram até hoje entender que nós somos tribos diferentes, somos povos diferentes, cada um com uma identidade própria, habitando diferentes lugares do Brasil. E existe também uma diferença dessas tribos com os outros brasileiros. (SIMÕES; MACIEL, 1992:133).

O trecho acima, transcrição do relato da liderança Ailton, do povo Krenak, nos coloca diante de uma série de problemas acerca da temática da identidade. O principal deles é entender a relação que se estabelece entre identidade nacional e identidades étnicas. Ailton inicia sua narrativa dizendo que antes dos portugueses e italianos chegarem aqui (Brasil) “já existia um povo que sempre viveu aqui” que foi denominado índio. O termo índio não é aceito pelo narrador. É entendido como imposição, como forma de homogeneizar e suprimir as especificidades das centenas de nações que habitavam o território. A historiadora Patricia Funes ao analisar a utilização do termo se aproxima dessa conclusão, pois de acordo com ela o uso da palavra índio não tem relação com as questões geográficas, raciais ou de classe, se deve à derrota das populações nativas, e ao tratamento que seria dispensado a elas: o apagamento de suas especificidades (FUNES, 2006: 143). Em seu relato, Ailton poderia ter substituído ‘portugueses’ e ‘italianos’ pelo termo ‘europeu’, e apesar de excluir os demais povos da Europa que transitavam e negociavam pelo território na mesma época, sua escolha o levou a uma atitude diferente da denunciada em sua fala porque demonstrou respeito às especificidades, ainda que essas se dessem na diferenciação apenas das nacionalidades construídas politicamente. Ainda sobre a questão da diversidade dos povos denominados índios, ele diz que é necessário entender que eles são diferentes entre si, e que há “diferença dessas tribos com os outros brasileiros”. Ele reforça a diferença, mas ao mesmo tempo faz

¹Frase citada por Marcos Terena, um dos fundadores da União Indígena.

* Universidade de São Paulo. Mestranda em História Social.

com que nos perguntemos se esses povos são ou não brasileiros? Aílton não fez distinção entre povos indígenas e brasileiros, apenas comentou acerca das diferenças. Ao analisarmos seu discurso não é possível afirmar que haja questionamentos acerca do pertencimento desses povos ao Estado Nacional Brasileiro. Mas também não podemos dizer que são brasileiros.

O objetivo desse trabalho é entender como a criação do Estado Nacional Brasileiro e da identidade nacional são percebidas por alguns povos denominados índios, para isso analisaremos uma amostra da produção didática impressa, específica para as escolas indígenas, e que tenha sido elaborada por moradores e professores de aldeias situadas no território brasileiro. Atentando ao problema colocado por Ailton Krenak, mas diante da dificuldade em encontrar um conceito adequado para designar a diversidade de todos esses povos em sua totalidade, as palavras índio e indígena serão utilizadas, mas grafadas em itálico, por entendermos que são conceitos problemáticos, e como forma de demonstrar respeito apesar de nossa limitação. A fim de entender como as identidades étnicas são percebidas nessas produções didáticas, analisaremos os diversos sujeitos históricos representados nas obras selecionadas e as relações estabelecidas entre eles.

Antes de iniciar a análise dos materiais é preciso explicitar o contexto em que os mesmos foram produzidos.

Escola diferenciada *indígena* e a produção de materiais didáticos

Desde o início da presença europeia neste território, as populações *indígenas* estiveram submetidas a projetos ‘educacionais’ que contribuíram para a descaracterização de seus costumes. A proibição do uso das línguas próprias foi utilizada em diversos momentos para forçar a integração desses povos à nação brasileira. As práticas violentas estiveram presentes nas instituições de ensino destinadas aos *indígenas* ao longo da história brasileira, e dispensam comentários. Em resposta às mobilizações empreendidas por essas populações e grupos de apoio, na Constituição Federal Brasileira de 1988, houve uma mudança significativa em relação à escolarização, foi assegurado, entre outros direitos, que o ensino fosse ministrado, também, em suas línguas maternas. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reafirma o direito ao ensino bilíngüe intercultural. Em 1999, a categoria *escola indígena* foi oficialmente criada no Brasil. Foi institucionalizada através da Resolução CEB no. 3, de 10 de novembro de 1999, que fixou as Diretrizes Nacionais para seu funcionamento, “reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios, e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngüe,

visando a valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica”. E sua organização passou a obedecer às seguintes exigências: estar localizada em terras habitadas por comunidades *indígenas*; atender exclusivamente a essas comunidades; ter docentes indígenas; o ensino ser ministrado nas línguas maternas; e manter uma organização escolar própria. A partir disso, as populações aldeadas obtiveram o direito a uma educação diferenciada, pautada não apenas pelo ensino das línguas maternas, mas também pela valorização de conhecimentos que garantem a preservação dos costumes partilhados pela comunidade, e, ao mesmo tempo, possibilitam o aprendizado dos conteúdos e práticas culturais de sociedades não *indígenas*. A proposta de uma educação escolar diferenciada representa uma conquista para essas populações.

Realizando pesquisas em acervos, bibliotecas e outros locais de guarda de livros², foi possível verificar que os materiais didáticos específicos para as escolas *indígenas* vêm sendo produzidos no Brasil desde a década de 1960, porém a partir do reconhecimento do direito a processos de escolarização próprios, houve um aumento significativo na produção dos mesmos. Os livros didáticos diferenciados *indígenas* não estão voltados para o mercado editorial. A produção, publicação e distribuição desses materiais ficam a cargo de entidades governamentais, de organizações vinculadas aos interesses das comunidades, mais especificamente Organizações não governamentais, ou Associações das Comunidades *Indígenas*, que contam com patrocinadores para pesquisas e produção. Os cursos de formação para professores têm sido fundamentais para a produção desses livros. Na maioria dos casos, os cursos acontecem por associação entre secretarias de educação e/ou entidades religiosas, e/ou ONGs; nos últimos anos tem aumentado a participação das universidades, que estão colaborando com o oferecimento de cursos de magistério diferenciado. No desenvolver dos cursos, os materiais são produzidos pelos professores coletivamente. Alguns dos materiais que serão analisados na presente pesquisa foram produzidos nesses contextos.

Os livros didáticos indígenas e a questão da identidade

Para a pesquisa foram selecionamos cinco livros didáticos destinados ao ensino da disciplina História: um produzido para as escolas Terena; um Xucuru; um produzido a partir de parceria entre os Guarani e Kaingang do estado do Paraná; e o quarto livro elaborado por

² As pesquisas foram realizadas entre 2010 e 2013 dentro do Projeto: Momentos e Lugares da Educação Escolar Indígena: memória, instituições e práticas escolares/Programa Observatório da Educação Escolar Indígena/CAPES/SECAD/INEP.

um grupo de professores *indígenas* do Acre (Ashaninka, Kaxinawá, Manchineri, Apurinã, Jaminawa, Kaxarari, Kaxariri, katukina, Yawanawá), e o quinto a partir da história contada por uma comunidade Kiriri. Também será analisado um livro pertencente ao gênero livro de leitura, elaborado para ser utilizado na escola Kulina. Esse tipo de material, na maior parte dos casos, é utilizado para o ensino das línguas maternas e portuguesa. O critério utilizado para a escolha dos materiais foi a relação entre o conteúdo trabalhado nos livros e o tema a ser analisado. Outro fator que merece ser considerado diz respeito à disponibilidade desses materiais. Não há nenhum órgão que regulamente a produção, publicação e distribuição desses livros, de modo que, geralmente, apenas a comunidade que participou da elaboração recebe os exemplares depois que são impressos. Pertencer ao grupo étnico ao qual o material é destinado não significa recebê-lo, utilizá-lo, e nem ao menos conhecê-lo. Para a pesquisa utilizamos um site sobre materiais didáticos de uma universidade pública, onde foi possível ter acesso a alguns livros utilizados em escolas *indígenas* digitalizados.³

Os livros didáticos analisados situam o lugar ocupado pelas populações *indígenas* na história brasileira a partir do contato com colonizador. Episódios sobre esses primeiros diálogos, negociações com os estrangeiros e com os ‘outros brasileiros’, conflitos em torno da terra, guerras, estão presentes nesses materiais. Alguns autores explicam que “A história que a gente vê escrita só registra os acontecimentos do povo dos historiadores, dos brancos, para dizer que são poderosos” (PROFESSORES *INDÍGENAS* DO ACRE, 199-?: 11), ou seja, a história oficial/branca omite sua participação e agência e, com isso os invisibiliza. Os livros elaborados por professores e moradores das aldeias, sobretudo, quando destinados ao ensino da disciplina história costumam demonstrar sua participação na construção da história brasileira, trazem narrativas do passado, falam sobre os costumes antigos e sobre as alterações no modo de vida ao longo do tempo. Legislações e direitos alcançados a partir das mobilizações empreendidas por comunidades e lideranças também estão presentes. Muito mais que uma ferramenta de trabalho do professor, a elaboração desses materiais significa o resgate de uma história que foi apagada, esquecida, distorcida.

Os materiais selecionados, em seu conjunto, apresentam uma grande quantidade de excertos que ajudariam na reflexão sobre as temáticas da identidade nacional e das identidades étnicas, porém para que a leitura não se tornasse exaustiva para o leitor optamos por utilizar apenas os trechos mais significativos para a discussão.

³ Laboratório de Materiais Didáticos – Departamento de História/Universidade de São Paulo:
<http://lemad.fflch.usp.br/>

Identidade étnica ou oposição ao outro?

Ao analisar os materiais didáticos selecionados foi possível verificar que a identidade *indígena* nesses livros surge a partir da caracterização do outro, o outro nesses casos: o não *indígena*. Ou em comparações entre um e outro. Os *indígenas* são caracterizados como vítimas; foram usurpados, roubados, ludibriados, enquanto os brancos são os culpados pelo roubo da terra, pela exploração. Ainda que, em alguns trechos os portugueses, paraguaios, peruanos, e brasileiros, tenham sido mencionados de forma negativa, a nacionalidade serve apenas para situar espacialmente os personagens. Independente da nacionalidade há um processo de homogeneização dos brancos, o que aponta para uma inversão, quando nos lembramos do relato de Ailton Krenak. O livro *História Indígena* é significativo nesse aspecto porque os povos da região do Acre sofreram com a extração do látex, mas, apesar de identificarem brasileiros e peruanos como os patrões e grandes responsáveis pelos agravos sofridos, esses se dissolvem em brancos a todo o momento. Os cariús (brancos) enriqueceram e exploraram os *indígenas*; independente da nacionalidade a qual pertenciam:

O segundo povoamento do Acre foi feito pelos homens brancos que chegaram há cem anos atrás. Foi quando os caucheiros peruanos e os seringalistas brasileiros começaram a invadir terras onde muitas nações indígenas moravam desde antigamente. Esses cariús vieram para explorar recursos e riquezas da mata, principalmente a seringa e o caucho (PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE, 199-?: 35).

Em outros livros consultados, quando abordam os conflitos ligados à destruição do meio ambiente em que vivem, e do roubo das terras o inimigo se mantém:

Nós índios não poderemos viver sem as nossas matas, por isso lutamos muito para preservá-la e não queremos ver ninguém destruindo a nossa mãe natureza é para nós muito importante, porque é onde vivem nossos encantos. [...] Não queremos que os brancos destruam as nossas matas porque se eles assim fizerem estarão destruindo nós índios também (PROFESSORES XUCURU, 1997:. 47).

Vejam como os brancos tinham muito interesse em conquistar tudo, até mesmo os próprios índios, “o índio tirava o suficiente da terra para consumir, mas conservava as matas, os animais e os peixes”, enquanto os brancos nunca pensaram como os índios. Eles não sabem a riqueza que a terra nos oferece. A riqueza é a terra que o índio admira e cuida. Eles se fazem de escudo contra o homem branco que é seu destruidor. (APEART, 1999: 25).

Apesar de ser compreensível a representação que os povos *indígenas* têm dos ‘brancos’, tendo em vista as atitudes empreendidas por grupos de pessoas ‘brancas’ a esses povos, devemos ter atenção para não enveredar por uma análise explicativa simplificadora e dicotômica. É preciso lembrar que desde a ocupação do território americano essas populações vêm sofrendo alterações e precarização no modo de vida devido às escolhas empreendidas por

Estados Nacionais, fossem esses os Estados Português ou Brasileiro, o mesmo pode ser dito na relação com estrangeiros, geralmente a serviço de seus governos. Observamos ainda a presença de algumas instituições, apoiando e endossando essas ações, a exemplo, de empresas com fins lucrativos e instituições religiosas. Ao nomear o branco, e não os Estados Nacionais, os autores trouxeram a questão para uma esfera pessoal, para o espaço onde a negociação é possível. Para as populações *indígenas* os conflitos devem ser resolvidos a partir do diálogo entre os líderes. Os Estados Nacionais, ainda que tenham seus líderes, estão em uma esfera distante, é difícil ter acesso ao líder, daí nomear o patrão explorador, o pescador, ou o genérico ‘branco’. Mas, essa é apenas uma hipótese para explicar as escolhas desses escritores. Acerca da caracterização do grupo, os autores criam uma identidade para seu povo a partir da exposição do outro. Enquanto o *índio* preserva e cuida, o ‘branco’ destrói. Ambos interferem no meio ambiente, porém nesses materiais o *índio* é representado como aquele que vive em harmonia com o meio ambiente, sabe utilizar os recursos. Dessa forma, os materiais criam representações de um e outro. A questão agora é descobrir se o exposto indica a construção de uma identidade étnica? Aparentemente sim. Podemos, inclusive, supor que se o Estado Brasileiro utilizou a escola para ensinar valores que deveriam ser utilizados por toda a nação, essas comunidades, ao seu modo, fazem o mesmo. Ensinam o que é ser *índio*. Mas por enquanto, só podemos fazer suposições.

Identidade nacional ou desejo de pertencimento?

Considerando que as escolas diferenciadas *indígenas* foram criadas somente no ano de 1999, concluímos que os autores dos livros que foram analisados nessa pesquisa estudaram em escolas comuns, em internatos destinados às populações *indígenas* administrados por entidades religiosas, ou outras instituições de ensino onde não havia preocupações em valorizar suas especificidades e garantir a preservação de seus modos de vida ‘tradicionais’. Mesmo quando a educação escolar se dava dentro das aldeias, devemos lembrar que as aulas eram ministradas por professores não *indígenas*. Os ensinamentos acerca da grandeza do povo e da nação brasileira, assim como todas as estratégias utilizadas nas demais escolas do país para construir a identidade nacional, estavam presentes. Ao mesmo tempo em que aprendiam a ser brasileiros, esses alunos eram pressionados por familiares e comunidade a valorizar e manter hábitos entendidos como próprios de seu grupo.

Quanto à relação entre os livros analisados e a aceitação do Estado nacional, em nenhum dos materiais analisados havia trechos que negavam o pertencimento à nação

brasileira. A chegada dos europeus e a invasão do território estão presentes nos textos. Os *índios* são descritos como os verdadeiros brasileiros porque já estavam aqui antes de quaisquer outros. “Porque no início o Brasil era do índio! O branco foi entrando, foi requerendo as terras” (APEART, 1999: 23).

No material produzido pelos professores Guarani e Kaingang do estado do Paraná, há muitos trechos explicando que os indígenas já estavam aqui:

Hoje nas escolas do país inteiro, quando se vai para o segundo ano já se aprende que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Mas tudo isso é uma grande mentira, porque o nosso povo indígena já ocupava as terras brasileiras e se tinha gente ocupando, morando e cultivando a terra é porque já se tinha um dono. Eles não tinham um rei para mandar, mas tinham o cacique que era como um governo para nosso povo. Porém, os portugueses não respeitaram isso, apossaram-se da nossa terra, mesmo sem falar nosso idioma (APEART, 1999: 25).

Então nessa história, eu quero dizer que o Brasil foi encontrado e invadido pelos os povos portugueses. Quando os portugueses chegaram fazendo novas descobertas, encontraram índios que neste país já habitavam. Isso aconteceu no dia 22 de abril de 1500, por isso comemora-se o dia do índio. Foi o dia que os portugueses fizeram uma nova descoberta e invadiram a terra, assim encontraram os verdadeiros povos brasileiros que são os índios do Brasil” (APEART, 1999: 27).

Como foi exposto acima, nesse material não há oposição ao Estado Nacional Brasileiro, porém isso não significa que haja identificação com ele. Pelo que foi exposto, os autores desejam que seja reconhecido o direito a terra, e o reconhecimento de que eles, os *indígenas*, são brasileiros. Mas, nesse caso, não é possível afirmar que ser brasileiro signifique compartilhar valores e características caras à nação. O que podemos afirmar é que nos exemplos destacados, ser brasileiro está relacionado ao pertencimento ao território.

No livro elaborado pelos professores Xucuru de Pernambuco, o discurso se mantém:

Os primeiros a roubarem as terras indígenas foram os portugueses, pois quando o Rei de Portugal ordenou a invasão das nossas terras, sem respeitar em nenhum momento nossos direitos originais, visto que somos os primeiros habitantes. Em 1654 chegaram à Serra de Orubá, hoje Ororubá, os primeiros brancos, se dizendo donos de nossas terras. Esses brancos portugueses tinham recebido do rei, grande extensões de terras chamadas sesmarias, doadas a homens ricos que já moravam e possuíam engenhos de açúcar na região da praia. Esses portugueses como Antonio Vieira de Melo invadiram as terras dos Xucuru para criar gado, A partir daí muitos índios foram escravizados (PROFESSORES XUCURU, 1997: 17).

O mesmo argumento está presente no livro *História Indígena*, produzido pelos vários povos do Acre:

Dizem os livros que o descobrimento do Brasil começou com a chegada dos portugueses em 1500. Dizem também que, neste tempo, havia cerca de 5 milhões de índios morando aqui nessas terras. Por causa de sua grande ambição por riquezas, os portugueses foram tomando os territórios tradicionais indígenas. Eles fizeram

correrias e mataram muitos índios. Trouxeram muitas doenças desconhecidas. Desse tempo para cá, houve mudanças no mundo todo, no Brasil e no Acre. Para alguns povos indígenas essas mudanças foram boas. Mas para muitos custou a própria vida. Os povos indígenas fazem parte da história do Brasil. Para quem lembra a verdade do passado, os índios já estavam aqui neste território antes de 1500. Hoje, muitos povos estão lutando para conseguir o direito de morar na terra que já foi deles (PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE, 199-?:. 20).

No caso desse trecho, podemos ampliar a discussão porque os autores não se limitaram a explicar os motivos do direito a terra. Eles nomearam os invasores e atribuíram à ambição deles a tomada dos territórios. Comentaram sobre as consequências negativas dessa ocupação para alguns *indígenas*, mas assinalaram que outros se beneficiaram com a situação e, mais importante para a nossa análise, falaram sobre as mudanças que ocorreram a partir de então. As mudanças no modo de vida das populações que já habitavam o território decorreram do contato, foi o momento em que as diferentes culturas começam a dialogar ou causar estranhamento. Apesar de o livro situar o contato no ano de 1500, os povos do Acre entraram em contato com os ‘brancos’, sobretudo, a partir do final do século XIX, devido à extração do látex. Foi nesse período que os povos da região foram forçados a alterar seu modo de vida, e foram retirados de suas moradias. O ambiente em que viviam foi transformado; os animais foram mortos, os rios poluídos; eles foram obrigados a trabalhar para os patrões (seringueiros e caucheiros); foram massacrados, assassinados e explorados. Nesse caso, também, não é possível afirmar que o reconhecimento de pertencer a terra significa identificação com nação brasileira. Há no mesmo trecho outros dois elementos que merecem ser comentados: o primeiro diz respeito aos ‘brancos’ e a destruição do meio ambiente, já discutido aqui; e o segundo sobre o apagamento de todos os outros europeus que estavam circulando pelo atual território brasileiro após a descoberta e as relações estabelecidas com as populações nativas.

Agora analisaremos o povo Terena e o material elaborado em uma de suas comunidades. Os Terena, originalmente, não habitavam o território brasileiro e sua história é marcada pela aliança com o governo brasileiro. Esses povos habitavam a região do Êxiva, e no século XVIII atravessaram o rio Paraguai e ocuparam terras que posteriormente iriam fazer parte do Brasil. O livro narra a travessia, e a história dos Terena no território (brasileiro) fazendo um paralelo com a história oficial do Brasil. A aliança com o governo é justificada por acordos que garantiriam a posse da terra que ocupavam, e foi por esse motivo que os Terena, assim como vários outros povos *indígenas* lutaram na guerra do Paraguai engrossando a fileira brasileira. No entanto, “depois de ganhar a guerra contra os paraguaios, o governo brasileiro começou a incentivar a ida de purutuyés de outras regiões do país para Mato Grosso. Assim, o governo poderia controlar melhor a região [...]” (BITTENCOURT;

LADEIRA, 2000: 76). Tanto os Terena, quanto os demais povos *indígenas* que lutaram em troca da garantia da posse de suas aldeias ficaram desamparados. A partir disso, começou o que os Terena chamam de *tempos de servidão*, ou seja, perderam suas terras e foram obrigados a se empregar em fazendas. Foram enganados pelo governo.

De acordo com a análise dos livros foi possível verificar que os povos *indígenas* compartilham o mesmo sentimento de pertencimentos a nação brasileira que as demais pessoas nascidas no Brasil, porém isso não significa identidade nacional, apenas pertencimento a terra. Esses povos não se sentem/não estão representados nos materiais didáticos regulares como '*verdadeiros brasileiros*', e por isso desejam que a sua participação seja reconhecida. O tema se mostra de difícil compreensão. Como podem ser brasileiros e ao mesmo tempo pertencer à outra nação? Por que nações querem fazer parte da história de outra nação? Apenas pela análise dos livros é difícil encontrar respostas precisas. Ficaremos em um jogo de perguntas sem respostas e questionamentos que nos levaram a formular dezenas de hipóteses que não comprovaremos. Talvez seja preciso reformular o conceito de identidade para tentar elucidar essas questões.

Passado, presente e a questão das identidades

De acordo com o sociólogo Stuart Hall as identidades são formadas ao longo do tempo, estão em um contínuo processo, de modo que o mais correto é usar o termo identificação (HALL, 2003: 38-39). Talvez essa seja a chave para entender como se dá a construção da identidade dos povos *indígenas*, considerando os processos a que foram submetidos a partir do contato com os não *indígenas*. A necessidade de se adaptar a uma nova vida, a alteração no padrão alimentar, no ritmo de trabalho, e os demais aspectos importantes para a sobrevivência desses grupos que foram/são modificados talvez expliquem a complexidade identitária, e a dificuldade em conceituá-la. Do ponto de vista dos *indígenas*, vestir determinadas roupas, objetos, utilizar tecnologia não significa abandonar costumes ensinados pelas gerações antecedentes. Para nós, isso se traduz em perda de identidade étnica, abandono dos costumes tradicionais ainda que nem saibamos o que seja identidade étnica ou costumes tradicionais. Agimos como se esses povos não tivessem historicidade, e o direito se beneficiar com algumas das facilidades que as invenções de nossa época nos permitem, a exemplo, do uso de aparelhos celulares, que tanto facilita nossas vidas, e mais ainda a deles, considerando que muitas das aldeias se encontram em regiões bastante isoladas, e a tecnologia

os permite negociar ou ainda contatar parentes distantes. Talvez ainda haja em nós uma pretensão de conquistadores que subjuga e nega tudo ao outro. Mas quem afinal é o outro?

Canclini analisando os processos culturais ocorridos no final do século XX argumenta sobre o conceito de hibridismo cultural (CANCLINI, 2008). Podemos entender hibridação como processos socioculturais onde elementos distintos e separados se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas. Ainda que nem Hall nem Canclini estivessem analisando as populações *indígenas*, ambos os conceitos podem nos auxiliar e, nos alertar para o perigo de buscar definições fechadas e aplicá-las em sociedades tão complexas e diversas. A forma com que essas populações foram se adaptando e negociando com a sociedade externa às suas comunidades pode ser entendido como hibridismo. A capacidade de viver nas aldeias, manter costumes praticados pelos antepassados, utilizar tecnologia, torcer pela seleção brasileira, reivindicar o direito a terra, e modos de viver específicos, ter um conjunto de práticas que em um primeiro momento podem parecer díspares, indica que sua identidade/identidades não estão em crise, mas apenas se reformulando e recriando, sempre que necessário.

De acordo com Antonio Carlos Gil “as identidades étnicas são construídas a partir da relação entre grupos sociais com a delimitação de suas fronteiras ou limites” (GIL, 2013: 33). Tentando aplicar essa premissa às populações que vivem no Brasil notamos um esforço em preservar e manter práticas que os diferenciam. Então, as identidades étnicas não se confundem aos valores que esses grupos partilham com os demais brasileiros, daí a necessidade de pontuar práticas que os diferenciam dos ‘brancos’. De acordo com os livros analisados a preservação da natureza, o uso consciente dos recursos faz parte dos valores que são próprios desses grupos. Há ainda uma série de elementos, que embora não façam parte das práticas cotidianas desses povos podem ser utilizadas em momentos pontuais para distingui-los. As particularidades de seu grupo são utilizadas para diferenciá-los dos não índios:

Os índios foram fazer o enterro e as policias não queriam que os índios entrassem na igreja porque estavam impedindo índios e brancos. Aí juntaram-se jovens crianças e adultos. Os índios colocaram suas tangas, arcos e flechas e ficaram por um tempo dentro da igreja. Índios Kiriri pulando toré em frente da igreja de Mirandela. Depois de conversarem com posseiros e várias entidades como FUNAI, ANAI, INCRA, INTERBA, etc, índios festejaram a sua comemoração no dia 13.11. 95 depois de muito sofrimento (CORTÊS; MOTTA, 2000: 24-25).

O trecho acima faz parte do livro *História da reconquista de Mirandela*, que narra os conflitos em torno da retomada das terras dos Kiriri. Diante de situações de conflito intenso, negociações com autoridades governamentais, é comum que os *indígenas* se utilizem de trajes, normalmente usados em festas ou rituais, para se colocar diante do outro. A estratégia é

uma forma de pontuar a diferença. Os Kiriri, assim como outros grupos, foram em busca de elementos característicos para se posicionar diante da opressão.

Maria Inês Ladeira em seu trabalho sobre os espaços Guarani Mbya contribui para a discussão das identidades ao apontar as várias facetas do modo de ser Guarani. Para que o Guarani se sinta pleno é necessário viver em conformidade com o meio que habita, e isso engloba o espaço geográfico, a relação com o outro, a relação com os seres espirituais e a relação com as próprias crenças. Diante da degradação do espaço físico e da impossibilidade de viver sem os recursos caros à vida original ou para fugir dos conflitos, os Guarani se põem em marcha, iniciam suas andanças, que para alguns significa a busca pela Terra sem Mal, o resgate do modo de vida ideal que garante ser quem são (LADEIRA, 2008). Apesar da diversidade entre os povos indígenas, a lembrança do passado e o desejo de revivê-lo, recriá-lo estão presentes em todas as obras analisadas. Alguns alimentam a esperança de um retorno ao passado, seja nesse plano ou no espiritual. Outros reconhecem que o passado não pode ser reconstituído, e acreditam que saber utilizar as ‘armas’ do outro pode ser a forma de recriar o passado. Os Kulina tentam dessa forma:

Agora Kulina é pouco. Mora tudo longe, em casa pequena. Agora velho não pode mais contar história antiga. Agora Kulina quer mercadoria, quer roupa, quer munição, quer sal. Kulina tem que trabalhar duro para comprar mercadoria. Se Kulina não conhece dinheiro, branco engana, não paga certo. Quando Kulina aprender a ler, faze cálculo, aí branco não pode mais engana Kulina. Quando terra tiver demarcada, aí Kulina vai viver bonito como antigamente (PROFESSORES KULINA, 1983: 70).

Assim como os Kulina outros povos acreditam que por meio do aprendizado de elementos da cultura não *indígena* poderão se colocar diante do outro e garantir os direitos que lhes são negados, fazer entenderem que *ser indígena* é ser igual e diferente, tudo ao mesmo tempo. Talvez seja isso o que Canclini, Hall e tantos outros teóricos que conceituam e definem identidade queiram dizer, ainda que não tenham se debruçado sobre essas diversidades e especificidades. Incorporar valores do outro sem esquecer-se de onde vem, talvez seja hibridação; da mesma forma que valorizar a escola, a necessidade de aprender usar o dinheiro, a tecnologia, pode ser um indício de identificação com a outra sociedade, mas pode ser que tudo isso faça parte das estratégias utilizadas para viver em uma cultura que não é ‘exatamente’ a sua. Os teóricos se preocupam com a transformação das culturas na modernidade, e esses povos estão preocupados em resgatar o modo de vida ‘tradicional’, voltar a ser o que eram antes. Nesse sentido investigar como esses povos percebem identidade nacional ou criam sua própria identidade é extremamente complexo. Não é possível afirmar nada pela simples leitura de livros escolares, mesmo porque nessas sociedades a oralidade é

fundamental para a transmissão dos conhecimentos. E assim, antes de começar a rotulá-los como isso ou aquilo, devemos deixar que eles digam quem são. Só eles podem dizer quem são. “Posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou” muito mais que uma bela frase é uma forma de dizer que apesar de todo o massacre, extermínio, subjugação esses povos sabem como viver em meio a uma sociedade hostil, sabem reivindicar seus direitos e buscam formas de dialogar com a os ‘outros brasileiros’, seja vestindo trajes de festas e rituais, seja passando despercebidos nas cidades grandes vestidos a moda das ruas, ou ainda reivindicando o título de ‘verdadeiros brasileiros’. O olhar distante, geralmente confundido com tristeza e desalento, talvez seja a sensação de sufoco, ou cansaço pela constante negociação a fim de preservar os costumes, pode também indicar sensação de impotência diante de mudanças que não podem ser alteradas, mas novamente estamos supondo. Pouco sabemos sobre esses povos, porém o desconhecimento não se deve apenas a nossa ignorância, ser *índio* é ser alguém que reserva a si o direito mais precioso: ser quem é. E essa história eles escondem, não nos contam.

Referências:

- Associação Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário. *E assim começou a história que já havia começado*. Londrina: APEART –PERI; Brasília: MEC. 1999. (disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/painel.mdi>)
- Bittencourt, Circe Maria Fernandes; Ladeira, Maria Elisa. *A História do Povo Terena*. Brasília: MEC. 2000. (disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/painel.mdi>)
- Canclini, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp. 2008.
- Cortês, Clélia Neli; Motta, Eremita (orgs.). *História da reconquista de Mirandela: história a várias vozes*. Brasília: UFBA. 2000. (disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/painel.mdi>)
- FUNES, Patricia. *Salvar lanación: intelectuales, cultura y política em los años veintelatinoamericanos*. Buenos Aires: PrometeoLibros. 2006.
- GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aves de Água. 2013.
- Ladeira, Maria Inês. *O espaço geográfico Guarani Mbya: significado, constituição e uso*. Maringá: Eduem; São Paulo: Edusp. 2009.
- Professores Indígenas do Acre. *História Indígena*. Acre: Comissão Pró-Índio. 199-? (após 1996). (disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/painel.mdi>)

Professores Kulina. *Histórias dos Kulina*. Acre. 1983. . (disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/painel.mdi>)

Professores Xucuru. *Xucuru: filhos da mãe natureza*. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire. 1997. (disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/painel.mdi>)

Simões, Júlio Assis; Maciel, Laura Antunes. *Pátria Amada Esquartejada*. São Paulo: DPH, 1992.

Sites Consultados:

Jovens Indígenas: <http://www.jovensindigenas.org.br/publicacoes/posso-ser-o-que-voce-e-sem-deixar-de-ser-quem-sou>

Laboratório de Materiais Didáticos (Lemad), DH/USP: <http://lemad.fflch.usp.br/>

MEC; TV Escola. Nossas Línguas. In: Índios no Brasil. vol. 2. 2000 (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=93wubRJrkt0>)